



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Reforma da Previdência (PEC 06/2019): Consequências para população idosa

Brasília, 03/04/2019

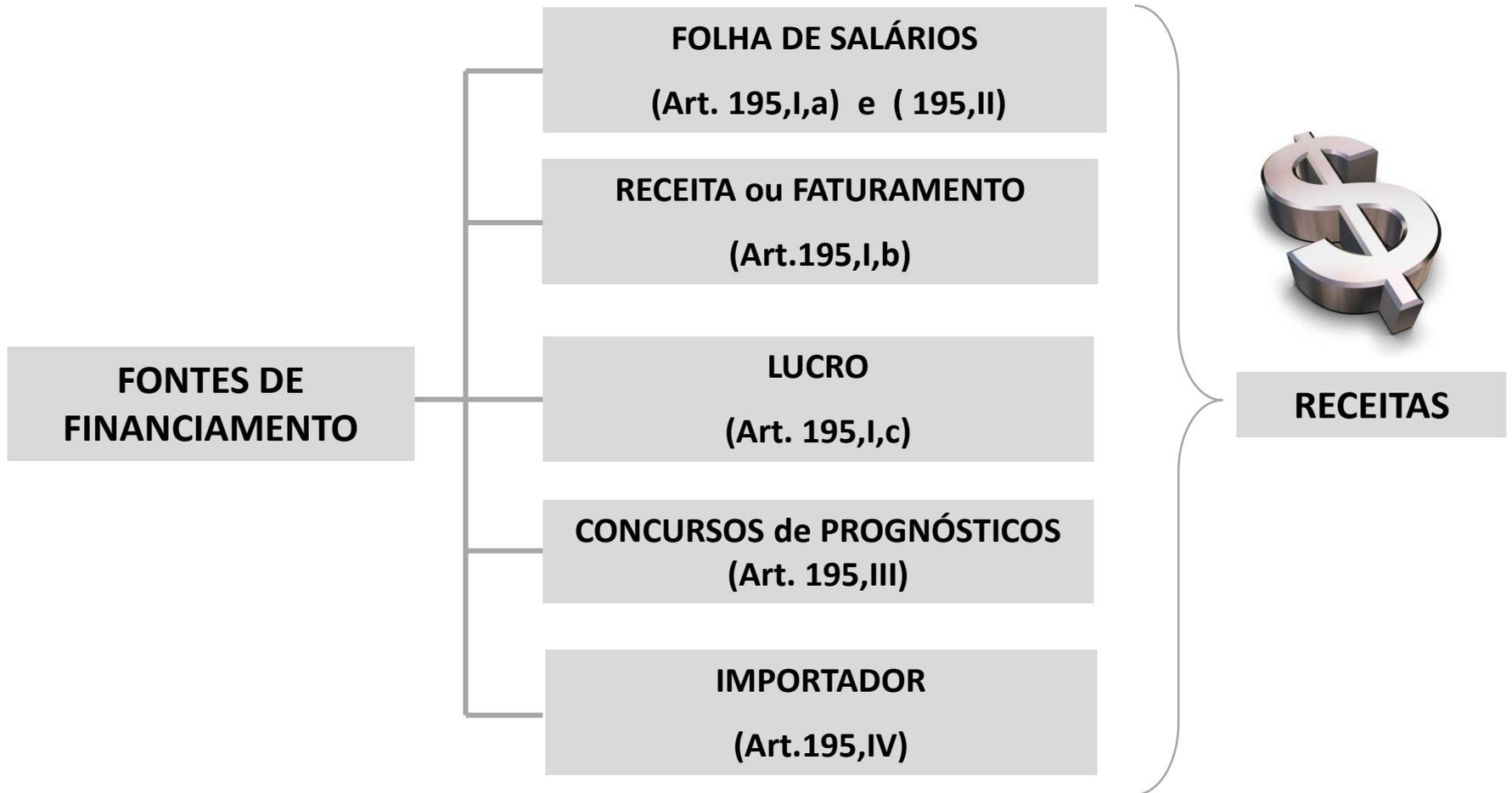
Floriano Martins de Sá Neto
Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da RFB - **ANFIP**

Orçamento da Seguridade Social

Tem que computar no Orçamento as fontes previstas no art. 195 da CF de 1988:

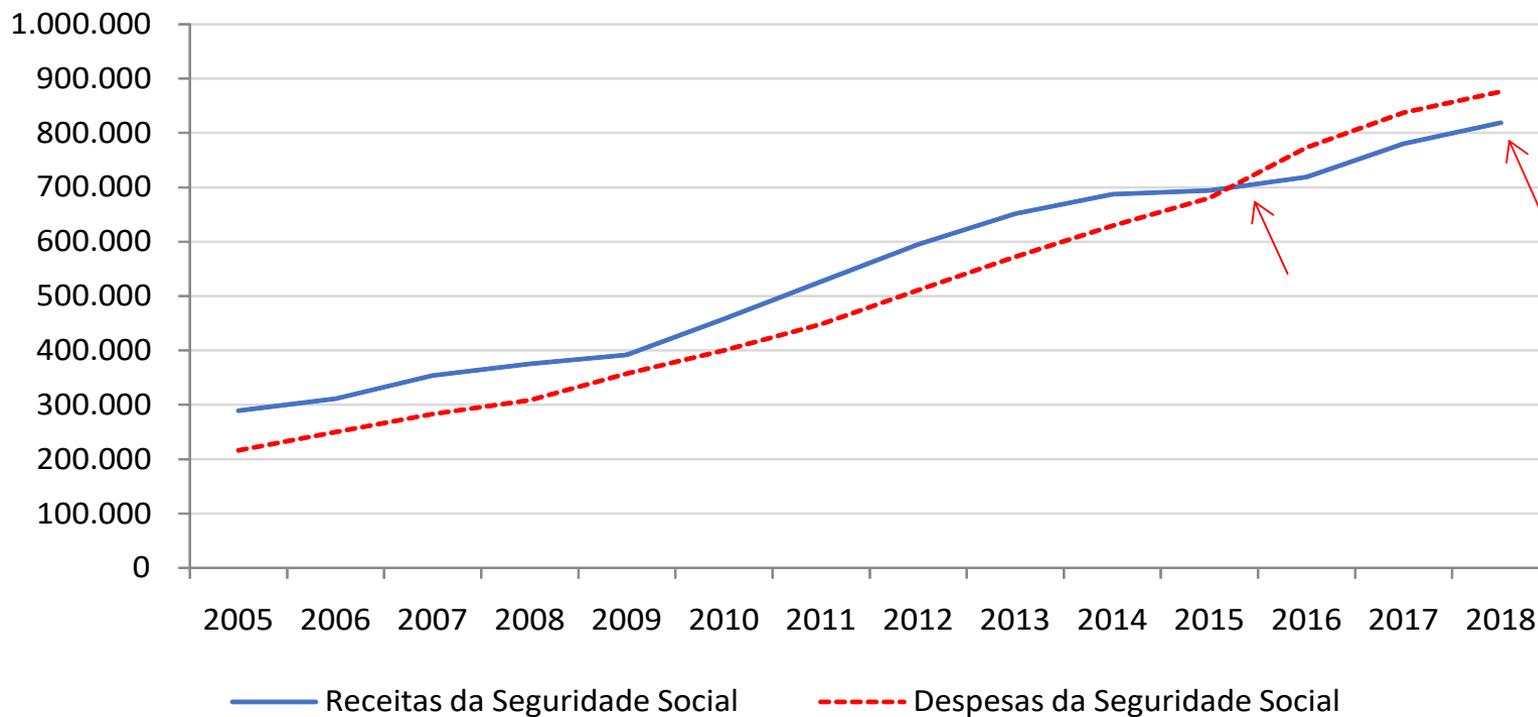
Art. 195 “A Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da **UNIÃO**, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais...”

Fontes de Financiamento



Receitas e despesas da Seguridade Social - 2005 a 2018

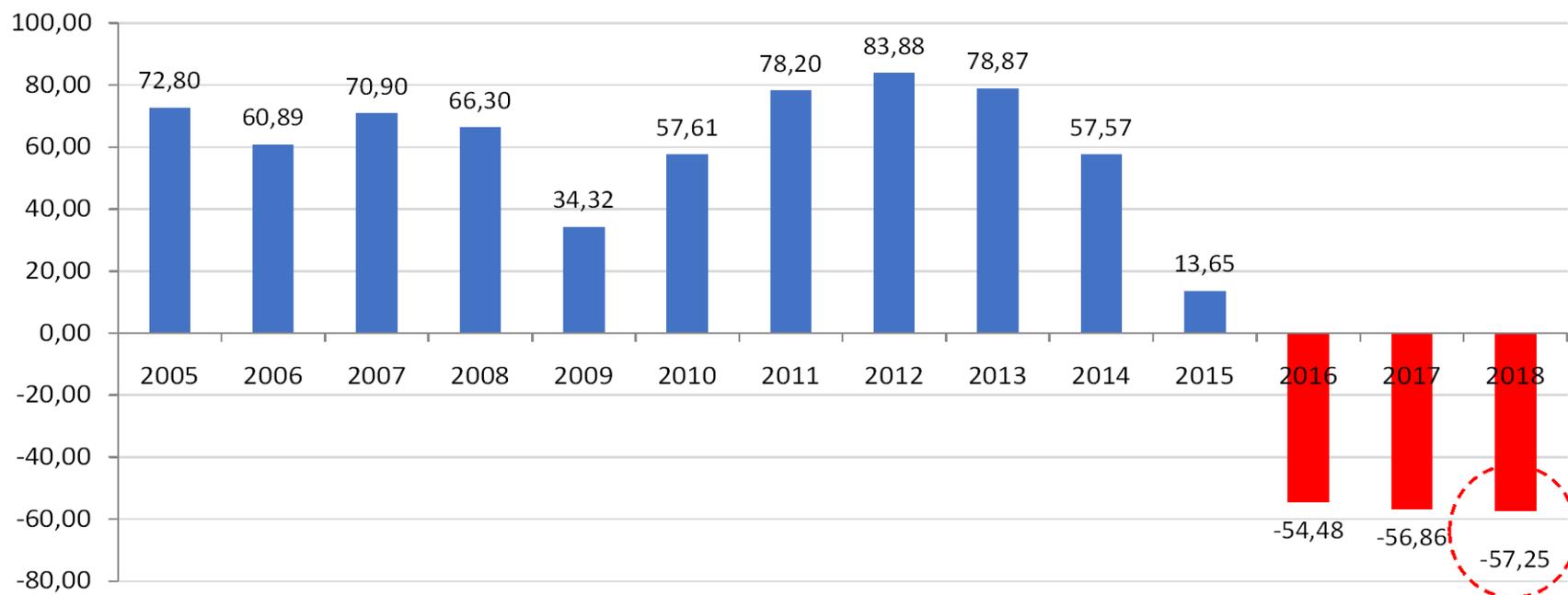
(Dados Preliminares) - em R\$ milhões



Fonte: Anfiip e Fundação Anfiip (Faets). Análise da Seguridade Social 2018 (No Prelo)

Orçamento Seguridade Social (receitas - despesas) - 2005 a 2018

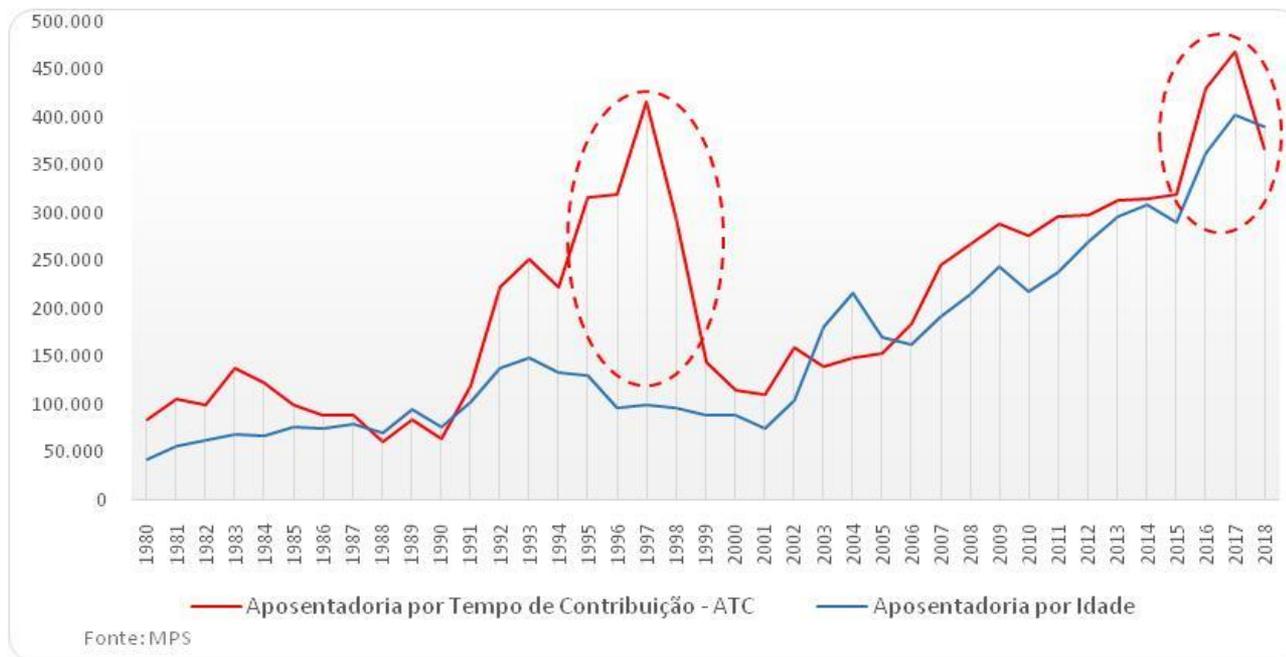
(Dados Preliminares) - em R\$ bilhões



Fonte: Anfip e Fundação Anfip (Faets). Análise da Seguridade Social 2018 (No Prelo)

Quando se fala em Reforma da Previdência, corte de despesas para equacionar “déficits” no sistema é sempre mencionado. Mas a corrida por aposentadorias diante de reformas antissociais não vai na contramão da política de Austeridade?

Benefícios urbanos concedidos - TC e idade, 1980 a 2018



Com anúncios de reformas destruidoras de direitos as pessoas “correm” com pedidos de aposentadoria, como em 1998 e 2016. Para 2016, contribuiu o fato de os contribuintes também postergarem suas aposentadorias para obterem um Fator Previdenciário cheio, com aposentadoria integral. Com a nova opção da Fórmula 85/95, uma opção ao Fator, houve um *boom* de aposentadorias. Essa “corrida”, pelo aumento significativo de pagamento de aposentadorias, não vai contra a política de Austeridade, de corte de gastos?

É justo mesmas regras para urbanos e rurais?

Sexo e faixa etária com que as pessoas começaram a trabalhar no meio urbano e rural

pessoas de 10 anos ou mais ocupadas por domicílio - 2001*, 2011 e 2014

em %

Faixa etária	urbano						rural					
	homem			mulher			homem			mulher		
	2001	2011	2014	2001	2011	2014	2001	2011	2014	2001	2011	2014
até 14 anos	60,8%	45,4%	45,3%	45,9%	33,6%	34,0%	89,9%	80,7%	78,2%	84,4%	73,7%	70,2%
15 a 17 anos	23,7%	31,2%	31,0%	25,7%	29,7%	30,1%	8,0%	14,1%	15,7%	9,8%	15,3%	17,3%
18 e 19 anos	10,0%	16,5%	16,3%	14,1%	20,4%	20,1%	1,4%	3,7%	4,4%	2,7%	5,4%	6,3%
20 anos ou mais	5,4%	7,0%	7,3%	14,3%	16,3%	15,9%	0,6%	1,5%	1,7%	3,0%	5,5%	6,1%

Fonte: IBGE/Pnad. Anos diversos In : GALIZA e VALADARES (2016)

(*) Em 2001, exclusive a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

OBS.: Os dados dessa Tabela se referem à idade em que os atuais ocupados começaram a trabalhar e não à idade em que as crianças hoje começam a trabalhar. Ou seja, refere-se ao trabalho infantil passado e não presente.

✓É justo aumentar a idade de aposentadoria do assalariado rural para 60 anos (ambos os sexos) e 20 anos de contribuição? Porque não diferenciar idade de homens e mulheres no meio rural, se pela proposta se estabelece diferença no meio urbano? Que critérios atuariais são utilizados?

✓É justo aumentar idade para o segurado especial (trabalhador rural que individualmente ou em regime de economia familiar atua na atividade agropecuária em pequena propriedade rural) e fazê-lo pagar, minimamente, R\$ 600 por ano (por grupo familiar) para se aposentar? E a sazonalidade dos cultivos, não são critérios a serem analisados? Como ele irá complementar esse valor?

✓Detalhe importante: pela proposta ainda vale a questão da contribuição sobre a comercialização. Mas o que passar de R\$ 600 ficará para o governo e o que ficar abaixo deverá ser complementado pelo contribuinte. Isso é justo?

A questão demográfica é tomada como um dos maiores motivadores da Reforma. Mas será este realmente o maior problema?

População irá envelhecer, mas continuaremos a ter uma População Ativa robusta

Distribuição percentual e projeção da população brasileira - 1978 a 2060, por faixa etária

Percentual histórico e projeção da pop. por faixa etária	1978	2000	2020	2040	2060
	%	%	%	%	%
população até 14 anos	39,1	30,0	20,9	15,5	13,0
população de 15 a 64 anos	57,0	64,4	69,7	66,9	60,2
população acima de 65 anos	3,9	5,6	9,4	17,6	26,8
Total da população	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
população em idade não ativa	43,0	35,2	32,8	34,6	39,8
população em idade ativa 	57,0	64,8	67,2	65,4	60,2

Fonte: IBGE - 1980 (Anuário estatístico do Brasil 1980. Rio de Janeiro: IBGE, v. 41, 1981); 2000, 2020, 2040 e 2060

(Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default_tab.shtm)

Projeção da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060. Elaboração do autor

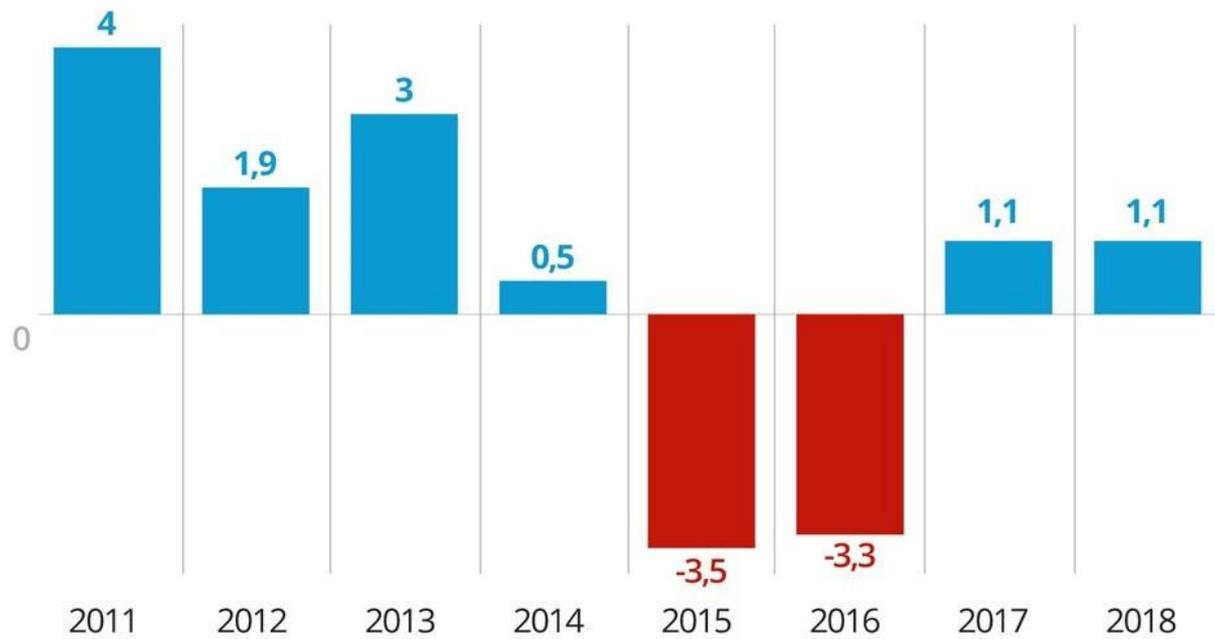
A população ativa em 2060 não será tão destoante da população do final dos anos 1970 ou mesmo dos anos 2000. Antes de se pensar em reforma temos que resolver problemas que se relacionam com esse contingente ativo: **crescimento econômico, geração de empregos formais com rendas acima do salário mínimo e não postos de trabalho intermitentes; menos informalidade, menos rotatividade, reduzir doenças crônicas na força laboral ; dentre outros.**

Problemas maiores, resoluções imediatas:

PIB, Desemprego, Informalidade, Rotatividade, Saúde (doenças crônicas), desvinculações, renúncias, sonegação e uma reforma tributária justa e solidária...

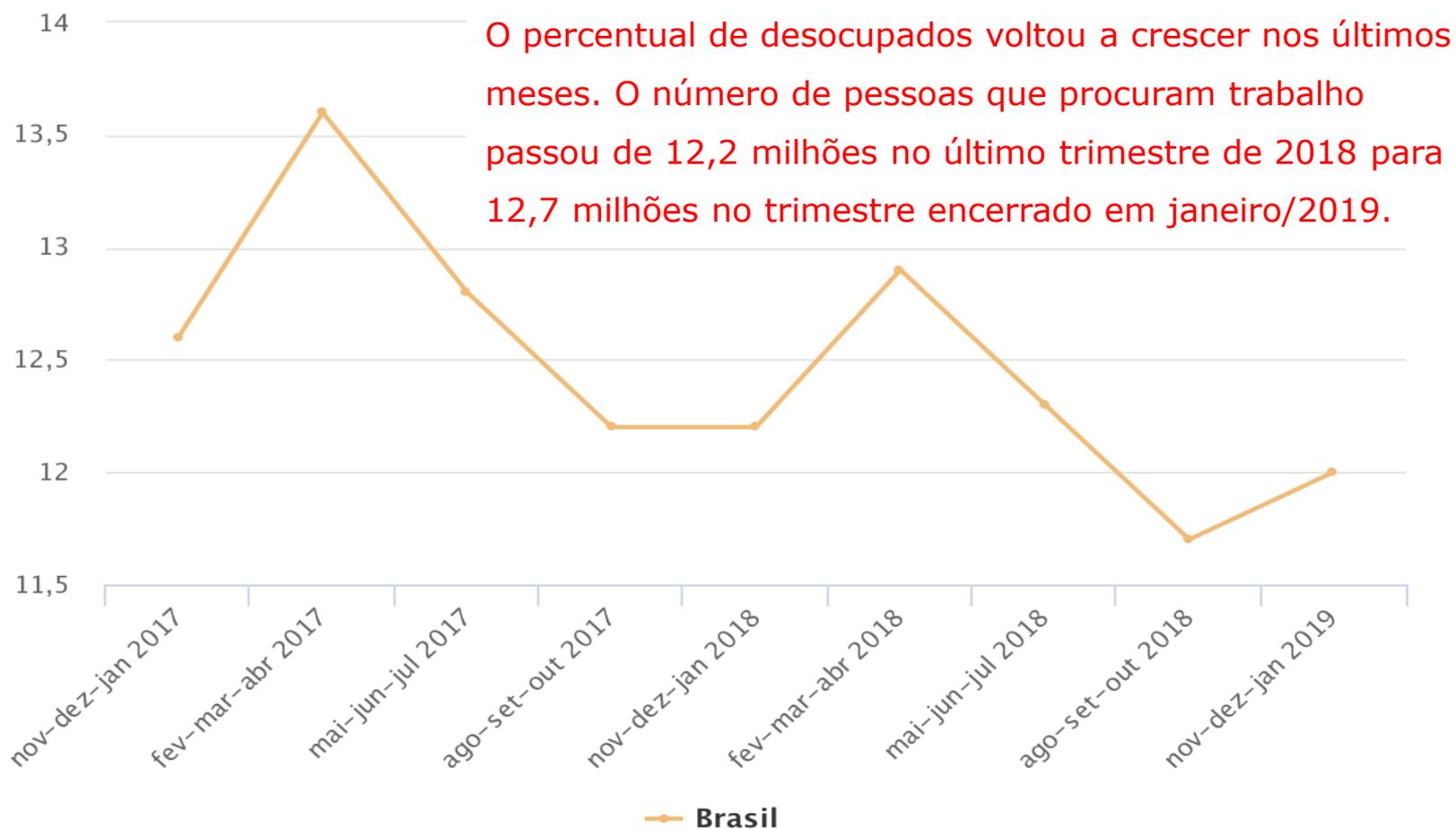
EVOLUÇÃO DO PIB

Ano a ano, em %



Fonte: IBGE

Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais (%)



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal

UOL MEU NEGÓCIO PASSEIROS CURSOS

Bate-papo Notícias Carros Economia Folha Esporte EntreTV e Famosos Univera VivaBem Educação

DÓLAR COM: R\$ 3,848 +0,92%

PESO: R\$ 0,095 +2,05%

EURO: R\$ 4,351 +0,71%

BITCOIN: US\$ 3.853,95 +0,05%

BOVESPA: 98.276,27 pts -0,53%

SELIC: 06 Feb 2019 +6,5%

EMPREGOS E CARREIRAS

IBGE: Informalidade cresce e atinge 37,3 milhões de trabalhadores em 2017

De UOL, em São Paulo
05/12/2018 10h00

f 1.9k

t

A informalidade cresceu no Brasil. Em 2017, o país tinha 37,3 milhões de pessoas trabalhando sem carteira assinada, o que significa 1,7 milhão a mais do que em 2016, quando 35,6 milhões trabalhadores estavam nesta situação.

ECONOMIA

Renúncias previdenciárias vão tirar R\$ 54 bi dos cofres do INSS em 2019

f 1.9k

t

+

🔊

ESTADÃO conteúdo
Idiana Tomazelli
Brasília
04/02/2019 11h21

Enquanto pretende endurecer as regras de aposentadoria e pensão, o governo prevê uma renúncia de R\$ 54,56 bilhões com isenções previdenciárias neste ano. Em 2018, as renúncias a micro e pequenas empresas, entidades filantrópicas e exportadores agrícolas cortaram em R\$ 46,3 bilhões a arrecadação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - o equivalente a um quarto do rombo da Previdência no ano passado, que foi de R\$ 195,2 bilhões.

Brasil tem aumento em taxa de mortes prematuras por doenças crônicas

Levantamento inédito mostra elevação de óbitos em pessoas de 30 a 69 anos

f t ...

UM CONTEÚDO DE VOC

Flex economiza 3 milhões ao reduzir rotatividade

Valor foi economizado após a diminuição da saída dos funcionários nos primeiros 90 dias

Por Ursula Alonso Manso
19 out 2017, 05h00

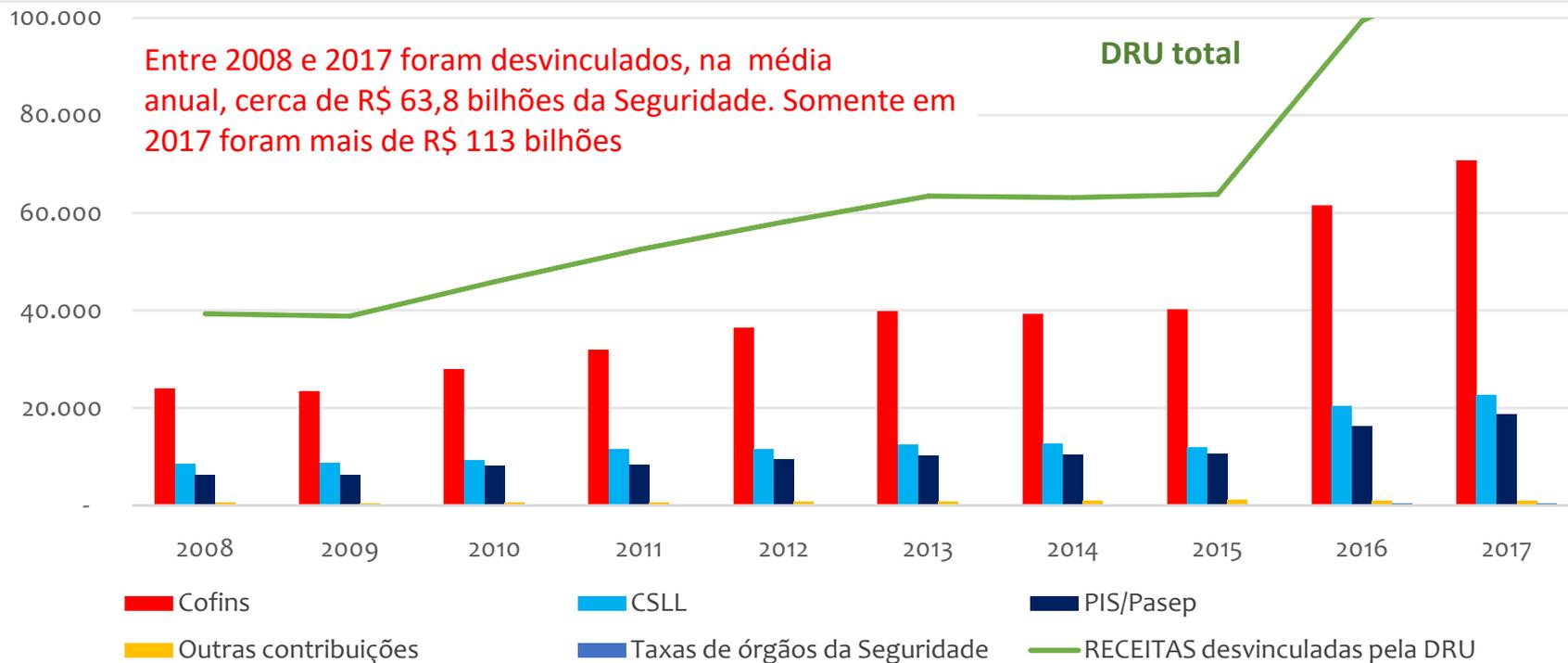
Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica

Quem somos Imprensa Obesidade Cirurgia Equipe

Brasil registra aumento de 60% no número de diabéticos e de obesos em 10 anos

14 de Março de 2019
9 Visualizações

Desvinculações da Seguridade Social - DRU



Fonte: Siga Brasil.

Notas: Até 2015, a DRU era calculada aplicando-se 20% às receitas das contribuições sociais, exceto para a contribuição previdenciária, onde não se aplica. A partir de 2016, a alíquota de desvinculação passou a ser de 30% e a atingir as taxas em adição às contribuições sociais.

(1) Até 2007, em Outras contribuições constavam as receitas da CPMF, extinta naquele ano. A incidência da DRU na CPMF era parcial, não incidindo sobre a fração destinada ao Fundo de Erradicação da Pobreza.

Organização: ANFIP e Fundação ANFIP.

Total de renúncias tributárias a partir de 2010

em R\$ bilhões correntes, em % do PIB e em % da Arrecadação

	Base efetiva							Previsão	
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Renúncia total do exercício ⁽¹⁾	135,9	152,4	181,7	223,3	256,2	270,1	263,7	270,4	284
Renúncia em % PIB	3,5	3,5	3,8	4,2	4,4	4,5	4,2	4,12	4,17
Renúncia em % da arrecadação	18,3	17,4	19,7	21,7	23,8	24,2	22,4	22,3	18,4

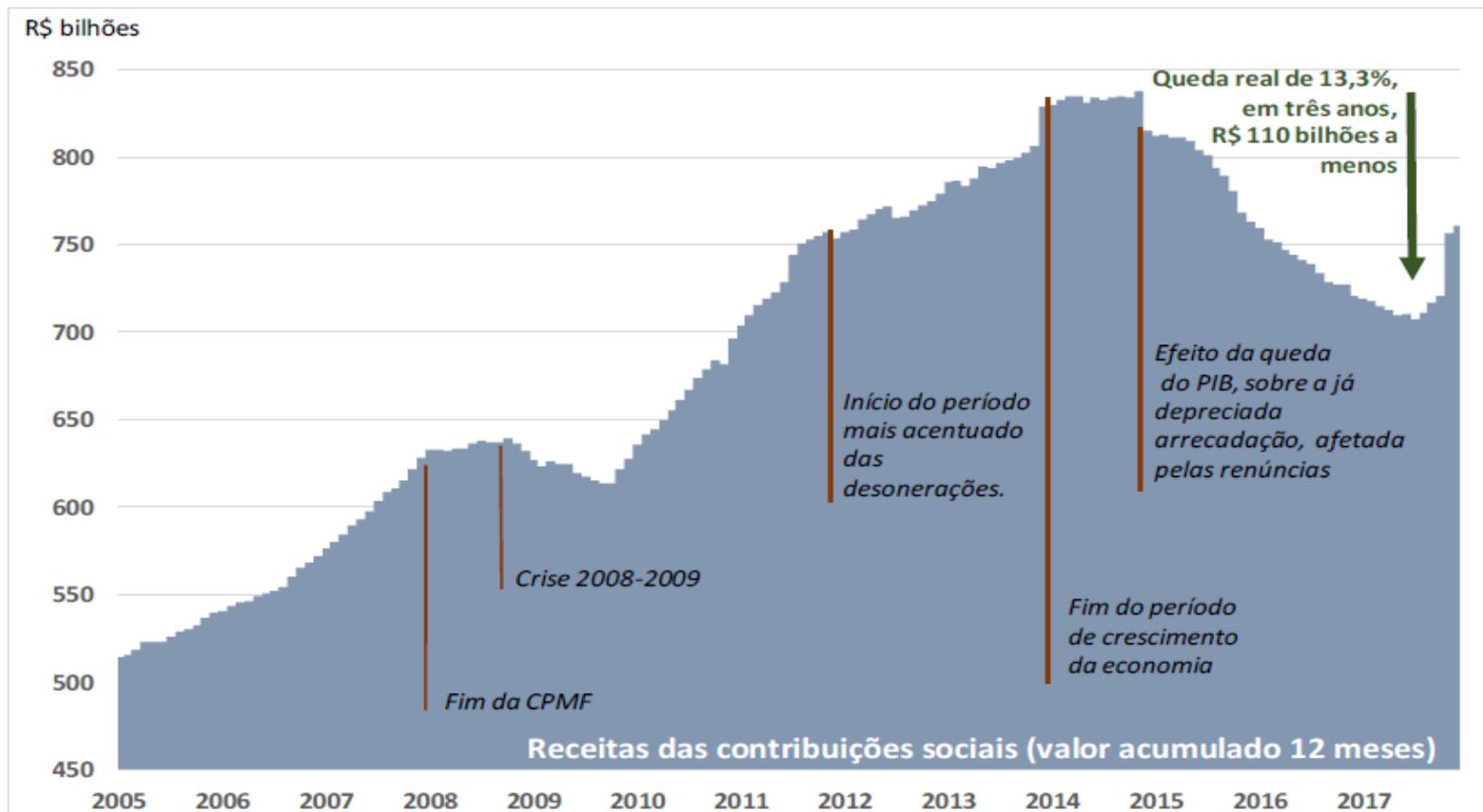
Fonte: RFB - Desonerações instituídas, diversas edições e Gastos Tributários Estimados por Bases Efetivas, diversas edições

(1) Dados dos relatórios de Gastos Tributários Estimados por Bases Efetivas, a informação mais recente para cada exercício.

A média internacional é de renúncias em torno de 10% da Arrecadação anual. No Brasil é o dobro



Receitas de Contribuições Sociais Governo Federal – 2005 a 2017



Fonte: STN-MF; em valores constantes de dezembro de 2017 (IPCA).

Org: ANFIP e Fundação ANFIP

Dívida previdenciária

- » R\$ 490 bilhões em dívidas ativas
- » R\$ 160 bilhões (33%) passíveis de recuperação
- » 40 mil devedores acima de R\$ 15 milhões (60%)

Fonte: PGFN

DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO 100 MAIORES DEVEDORES PREVIDENCIÁRIOS

Fonte: DW/PGFN e INFORMAR; Extração em 23/02/2017

Posição	CPF/CNPJ Raiz	Razão Social	TOTAL DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA
1	92.772.821	S.A. (VIACAO AEREA RIO-GRANDENSE) - FALIDA	4.007.723.860,94
2	02.916.265	JBS S/A	2.339.921.534,56
3	60.703.923	VIACAO AEREA SAO PAULO S A	1.911.569.998,14
4	88.332.580	ASSOCIACAO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL - A	1.859.887.286,39
5	60.872.173	TRANSBRASIL SA LINHAS AEREAS	1.312.778.928,24
6	00.360.305	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.235.028.484,13
7	03.853.896	MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.	1.149.774.636,15
8	00.000.000	BANCO DO BRASIL SA	1.136.963.128,18
9	00.309.542	INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE	845.556.508,17
10	60.498.417	SAO PAULO TRANSPORTE S.A.	816.249.669,99
11	60.967.551	INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE	783.788.847,83
12	92.773.142	ASSOCIACAO SULINA DE CREDITO E ASSISTENCIA RU	770.501.325,77
13	82.636.986	TEKA TECELAGEM KUEHNRIICH SA - EM RECUPERACAO	763.508.588,51
14	88.648.761	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	742.300.253,30
15	06.845.747	AGUAS E ESGOTOS DO PIAUI SA	722.498.185,93
16	60.499.605	SIFCO SA	707.970.977,73
17	60.746.948	BANDO BRADESCO	674.931.260,19
18	01.243.305	DIPLOMATA S/A INDUSTRIAL E COMERCIAL	630.878.190,61
19	50.109.271	DEDINI S/A INDUSTRIAS DE BASE EM RECUPERACAO	626.825.307,00
20	46.395.000	MUNICIPIO DE SAO PAULO - PREFEITURA MUNICIPAL	610.738.435,49
21	06.274.757	COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHAO	597.533.786,91
22	33.592.510	VALE S.A.	596.763.723,14
23	76.080.738	EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES	593.795.223,67
24	25.068.875	FRIGORIFICO MARGEN LTDA	572.457.617,91
25	52.311.289	MARCHESAN IMPLEMENTOS E MAQUINAS AGRICOLAS TA	537.874.218,91

UOL NEWS UOL MEU NEGÓCIO PASSAGENS CLASSE

Assine Bate-papo Notícias Carros Economia Folha Esporte Entrete TV e Famosos Universal

POLÍTICA

PEC do Teto é aprovada em votação final e congela gastos por 20 anos



PEC do Teto é aprovada no Senado

Itamar proclama resultado da votação

Reforma trabalhista: 78,4% dos postos criados são intermitentes ou parciais

Estudo mostra que lei de Temer não atacou desemprego, apenas substituiu contratos formais por precarizados, previstos na nova CLT. E que isso resultou no aumento da desigualdade de renda

T+ T- 

Redação SpBancarios
Publicado em 18/09/2018 16:39 / Atualizado em 21/09/2018 17:06



ACESSO RÁPIDO

Ainda enfrentamos problemas decorrentes de reformas antissociais como a reforma trabalhista, terceirização, teto dos gastos. Não bastasse, eis que surge uma nova tentativa de reforma da previdência, ainda pior que a proposta pelo governo Temer...

RBA Rede Brasil Atual

RÁDIO POLÍTICA ECONOMIA CIDADANIA TRABALHO MUNDO AMBIENTE SAÚDE

ECONOMIA

PEC DO MAL

Proposta de reforma da Previdência de Bolsonaro é pior do que a de Temer

Governo quer que homens e mulheres se aposentem aos 65 anos, com 40 anos de contribuição e sistema de capitalização de caráter obrigatório. Idosos carentes e pessoas com deficiência receberão menos

FOLHA DE S. PAULO

hainvest mercado financeiro previdência tec arena do marketing mpme consumo consciente

Supremo dá aval à terceirização irrestrita

Com placar de 7 a 4, corte julgou casos anteriores à lei da terceirização



Lais Alegretti
Filipe Oliveira

BRASÍLIA e SÃO PAULO O STF (Supremo Tribunal Federal) deu aval à terceirização dos diferentes tipos de atividade das empresas, por 7 votos a 4, em julgamento concluído nesta quinta-feira (30). Os ministros analisaram dois casos anteriores à lei da terceirização.

relacio
Supremo s
de direitos
Quem fala

Comparativo entre legislação previdenciária vigente e a PEC 06/ 2019

Quadro resumo da Reforma da Previdência: situação vigente e PEC 6 / 2019

	Sistema vigente	PEC 6/2019
Idade mínima	ATC: não tem	62 anos mulheres e 65 anos homens, podendo aumentar a cada 4 anos, a partir de 2020, conforme a expectativa de vida
	AI - 60 anos mulheres e 65 anos homens	
Tempo de contribuição	ATC: 30 anos mulheres e 35 anos homens	mínimo de 20 anos
	AI: mínimo de 15 anos	
Aliquotas de Contribuição do RGPS	<ul style="list-style-type: none"> - Até 1.751,81 - 8% - de 1.751,82 a 2.919,73 - 9%; e - de 2.919,73 a 5.839,45 - 11%. 	Aliquotas progressivas, como o IRPF: <ul style="list-style-type: none"> - até 1 salário mínimo - 7,5%; - de 998,00 a 2.000,00 - 9,0%; - de 2.000,01 a 3.000,00 - 12,0%; e - de 3.000,01 a 5.839,45 - 14,0%.
Base de cálculo da aposentadoria	Média dos 80% maiores salários-de-contribuição desde jul/1994, corrigidos pela inflação	Média de todos os salários de contribuição a partir de jul/1994, corrigidos pela inflação
Cálculo da aposentadoria	ATC - Base de cálculo multiplicada pelo fator previdenciário ou Regra 85/95: 100% da média	60% da Base de Cálculo acrescido de 2% por ano de contribuição que excede 20 anos, com o limite de 100%
	AI - 70% da Base de Cálculo, acrescida de 1% por ano de contribuição	
Valor mínimo da Aposentadoria	Salário mínimo	Salário mínimo
Valor máximo da Aposentadoria	teto do INSS: (R\$ 5.843,40 em 2019)	Mantém o teto do INSS (R\$ 5.843,40 em 2019), mas pode ser alterado com a criação do Regime de Capitalização

Aposentadoria por Invalidez	Valor: 100% da Base de cálculo	Valor: quando não for por acidente de trabalho, 60% da Base de Cálculo, acrescida de 2% por ano de contribuição que excede 20 anos
Servidor Público Estatutário	Tempo de Contribuição mínimo: 30 anos mulheres e 35 anos homens	Tempo de Contribuição mínimo: 25 anos para ambos os sexos
	Idade mínima: 55 anos mulheres e 60 anos homens	Idade mínima: 62 anos mulheres e 65 anos homens, aumentando conforme a expectativa de vida
Aposentadoria do Professor	Tempo de contribuição: 30 anos homens e 25 anos mulheres, com mínimo de 15 anos de contribuição	Idade: 60 anos para homens e mulheres, aumentando conforme a expectativa de vida, com o mínimo de 30 anos de contribuição
Aposentadoria Especial Rural	Assalariado rural - 55 anos mulheres e 60 anos homens e 15 anos de contribuição.	Assalariado rural - 60 anos para ambos os sexos e 20 anos de contribuição
	Agricultor familiar: 55 anos mulheres e 60 anos homens e contribui com um percentual sobre a receita bruta de sua produção.	Agricultor familiar: 60 anos para ambos os sexos, sendo o valor mínimo anual de contribuição previdenciária do grupo familiar ser de R\$ 600,00
Pensão por morte	100% da Base de Cálculo (no caso de falecimento de aposentado, a Base é a aposentadoria dele)	50% da cota familiar, acrescido de 10% por dependente (como cônjuge é dependente o ponto de partida é 60%), com o limite máximo de 100% da aposentadoria, podendo reduzir ao longo do tempo pela redução do nº dos dependentes.
	Valor mínimo é o salário mínimo	Valor mínimo pode ser inferior ao salário mínimo
Benefício Assistencial do Idoso	Idade - 65 anos (homens e mulheres)	BPC com renda antecipada (fásico): a partir de 60 anos R\$ 400,00 e a partir de 70 anos 1 salário mínimo Condição de miserabilidade: renda mensal per capita inferior a 1/4 do salário mínimo e patrimônio inferior a R\$ 98 mil
	Valor mínimo é o salário mínimo	

Acumulo de benefícios	Permitido	Permitido com limitações por faixa de valores do benefício menos vantajoso: 80% até 1 SM, 60% de 1 a 2 SM's, 40% de 2 a 3 SM's e 20% de 3 a 4 SM's.
Regime de Capitalização	Não tem	Faculta a edição de lei complementar destinada a instituir o regime com base no sistema de capitalização, na modalidade de contribuição definida, de caráter obrigatório, com a previsão de conta vinculada para cada trabalhador e constituição de reserva individual para o pagamento do benefício
Regra de transição RGPS	-	<p>Tempo de contribuição mínima de 30 anos mulheres e 35 anos homens</p> <p>1) Pontuação - atingir a pontuação (idade + tempo de contribuição) de 86 mulheres e 91 homens em 2019, que aumenta progressivamente 1 ponto por ano até atingir 100 pontos mulheres (2033) e 105 pontos homens(2028), podendo aumentar conforme a expectativa de vida;</p> <p>2) Idade - idade mínima de 56 anos mulheres e 61 anos homens, que aumenta 6 meses a cada ano até atingir 62 anos mulheres (2031) e 65 anos homens (2027)</p> <p>2) Pedágio - para quem falta até 2 anos, cumprir período adicional de 50% sobre o tempo mínimo e cálculo do benefício pelo Fator.</p>

Fonte: Previdência Social

Elaboração: DIEESE

Siglas: ATC: Aposentadoria por Tempo de Contribuição; AI: Aposentadoria por Idade; PM: Pensão Por Morte.

RPPS

Objetivos DIVULGADOS - PEC 06/2019

- A reforma da previdência é apresentada com o objetivo primordial de se restaurar o equilíbrio financeiro das contas públicas;
- No caso dos Servidores afirmam que o objetivo fiscal é combater privilégios, como altos salários e estabilidade.

RPPS: AMEAÇAS da PEC 06

- Completa transformação nos fundamentos da Seguridade Social, substituindo os princípios da solidariedade, da universalidade, da proteção social, pelo individualismo (capitalização);
- Desconstitucionalização de diversas regras e parâmetros dos RPPSs, remetendo-as a definições por leis complementares, incluindo estados e municípios;
- Aumenta a contribuição dos segurados, principalmente nos RPPS (inclusive para já beneficiários), enquanto entidades empregadoras não são atingidas; permanência de isenções;
- Com a capitalização individual (sem solidariedade) e sem contribuição patronal e dadas as características do mercado de trabalho brasileiro (baixos salários, informalidade, alta rotatividade) haverá massificação das aposentadorias de 1 salário mínimo;

RPPS: AMEAÇAS da PEC 06

- Custos de transição elevados (no Chile, passados 38 anos, gira em torno de 136% do PIB). Como os estados e municípios irão arcar com esses custos, especialmente diante da frágil situação fiscal em que a maioria deles se encontra?;
- A criação de regimes de previdência complementar para os servidores, que atualmente é apenas facultativa aos entes públicos, passa a ser obrigatória e deve ser cumprida no prazo máximo de dois anos após a publicação da emenda. Quando isso ocorrer, será aplicado o teto do RGPS aos benefícios da previdência dos servidores. Essa medida terá repercussão principalmente sobre estados e municípios com RPPS que ainda não tenham instituído previdência complementar;
- A PEC também exige um profundo e rápido ajuste nos regimes de previdência dos servidores estaduais e municipais, que se dará com base no aumento de contribuições e cortes de benefícios. Imersos em uma situação fiscal bastante difícil, estados e municípios terão que adotar medidas com custos fiscais adicionais no curto e médio prazos;
- Algumas carreiras serão mais atingidas, tal como professora da educação básica de RPPS, cuja idade de aposentadoria passa de 50 para 60 anos.

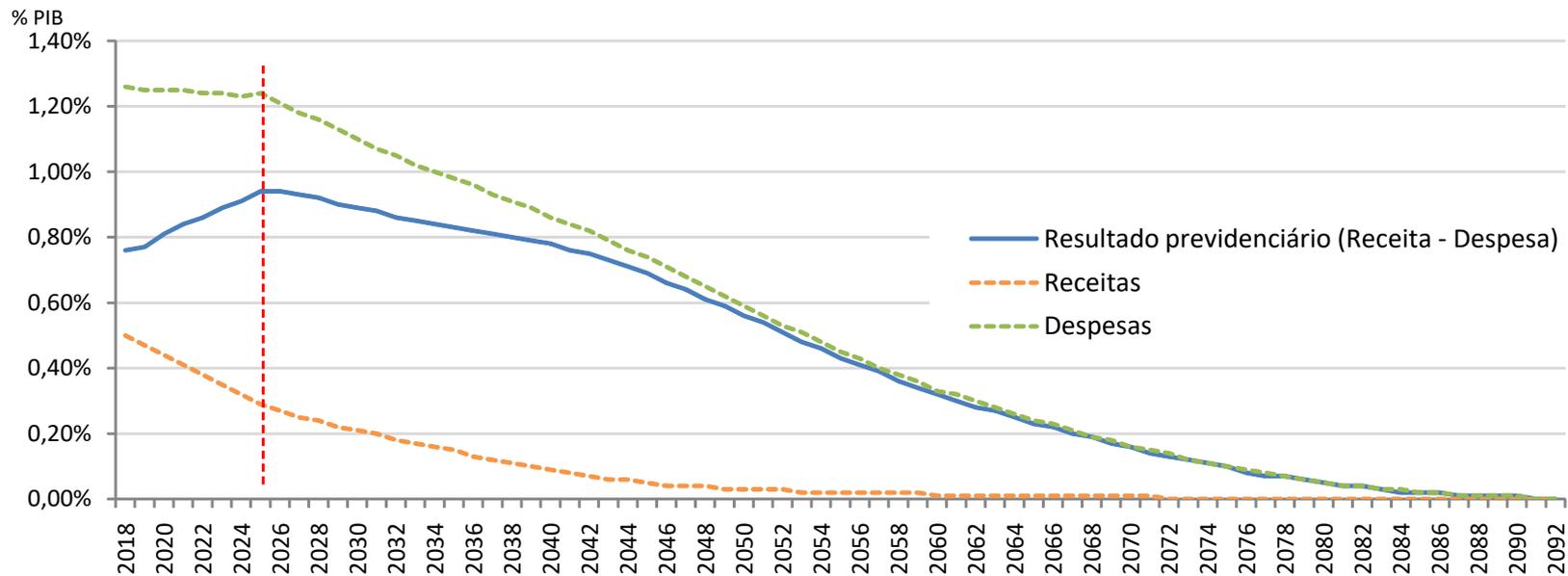
Onde há privilégios?

Remuneração Servidores Federais do Poder Executivo (Ativos e Aposentados) - por faixa de SM - dez/2016 (média últimos 12 meses)

% faixa agrupada			%	R\$
62,2	50,8	Até 2 SM	2,1	Até 1.996,00
		De 2 a 4,5 SM	26,0	1.997,00 a 4.491,00
		De 4,5 a 6,5 SM	22,7	4.492,00 a 6.487,00
		De 6,5 a 8,5 SM	11,4	6.488,00 a 8.483,00
		De 8,5 a 10,5 SM	9,3	8.484,00 a 10.479,00
		De 10,5 a 13 SM	13,1	10.480,00 a 12.974,00
		Acima de 13 SM	15,4	acima de 12.975,00
		TOTAL	100,0	

Fonte: SIAPE. Elaboração Dieese

A necessidade de financiamento do RPPS é decrescente a partir de 2025



FONTES: CGACI/SRPPS/SPREV/MF (RREO - Anexo 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)). Elaboração: Dieese

Obs.: projeções, ano a ano, em valores nominais. Posição em 29/12/2017

Regime de capitalização é uma boa?

Quadro resumo dos sistemas de capitalização no mundo - reformas e re-reformas, OIT*

De 1981 a 2014, segundo a OIT, 30 países privatizaram total ou parcialmente seus regimes de previdências públicas obrigatórias	América Latina (14 países)	Leste Europeu e Ex- URSS (14 países)	África (2 países)
Até o ano de 2018, desses 30 países, 18 reverteram suas privatizações (re-reforma), total ou parcialmente	Venezuela (2000), Equador (2002), Nicarágua (2005), Bulgária (2007), Argentina (2008), Eslováquia (2008), Estônia, Letônia e Lituânia (2009), Bolívia (2009), Hungria (2010), Croácia e Macedônia (2011), Polônia (2011), Rússia (2012), Cazaquistão (2013), República Tcheca (2016) e Romênia (2017).		

Tendo em vista a reversão da privatização pela maioria dos países (capitalização para repartição) e a acumulação de evidências sobre os impactos sociais e econômicos negativos da privatização, pode-se afirmar que o experimento da privatização foi um fracasso. Com a crise financeira mundial de 2008 a vulnerabilidade desse sistema se tornou ainda mais evidente em virtude das intempéries do mercado, obrigando muitos países a voltar para seus sistemas antigos.

Inverdades na Reforma da Previdência

✓Segundo o governo, seus objetivos primordiais são "resgatar a segurança, fazer a economia crescer, e servir a quem realmente manda no país: a população brasileira". **Fazer reforma da Previdência Social como a que está proposta não irá fazer o país crescer. De imediato precisamos reduzir o desemprego, aumentar os investimentos e reverter a desindustrialização da economia brasileira;**

✓Segundo o superministro da Economia a mudança de um regime de Repartição intergeracional solidário para um regime de capitalização individual é uma forma de proteger as gerações futuras contra o rombo crescente do sistema. **Sobre a implantação de um sistema de capitalização, a PEC, que o governo chama de "Nova Previdência", não explica de onde sairá o dinheiro para garantir a sustentabilidade do sistema e o pagamento das aposentadorias e pensões em vigor (custos de transição). Não explica sobre os elevados custos de transição (como foi dito, no Chile alcançou até o momento 136% do PIB). Como está posta a proposta de reforma enfraquece direitos dos trabalhadores para atender interesses do setor financeiro;**

✓No Chile, país pioneiro em privatização da previdência, os recursos depositados nos fundos foram desviados para outras finalidades e não houve o pagamento prometido (100% do salário da ativa). Hoje os chilenos tentam a reversão desse modelo com intensas manifestações. Porque no Brasil será diferente?

✓ Há um exagero por parte do governo em apresentar situações de calamidade. Já foram feitas reformas, como o Fator Previdenciário e a Fórmula 85/95 progressiva, com objetivo de postergar as aposentadorias. Também foram feitas reformas no RPPS, tornando-o híbrido (com parte sobre o teto do INSS e parte via Funpresp). Tanto que a necessidade de financiamento é decrescente a partir de 2025;

✓ A reforma também não fez nenhuma alteração para taxar, de forma justa, os altos salários do Poder Judiciário, nem entra em sintonia com uma urgente e necessária reforma tributária progressiva;

✓ Segundo o Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, tem sobrado muito pouco do Orçamento para investir em áreas fundamentais para o país e por isso uma reforma da previdência se faz urgente. Mas o Brasil gasta cerca de 44% do Orçamento com juros e amortizações da dívida. O gasto com a previdência é a metade, cerca de 22%. Essa contabilidade precisa ser mostrada;

✓ Assim como precisa ser mostrado também os cálculos atuariais embutidos na PEC

Uma verdadeira e urgente opção para o Brasil

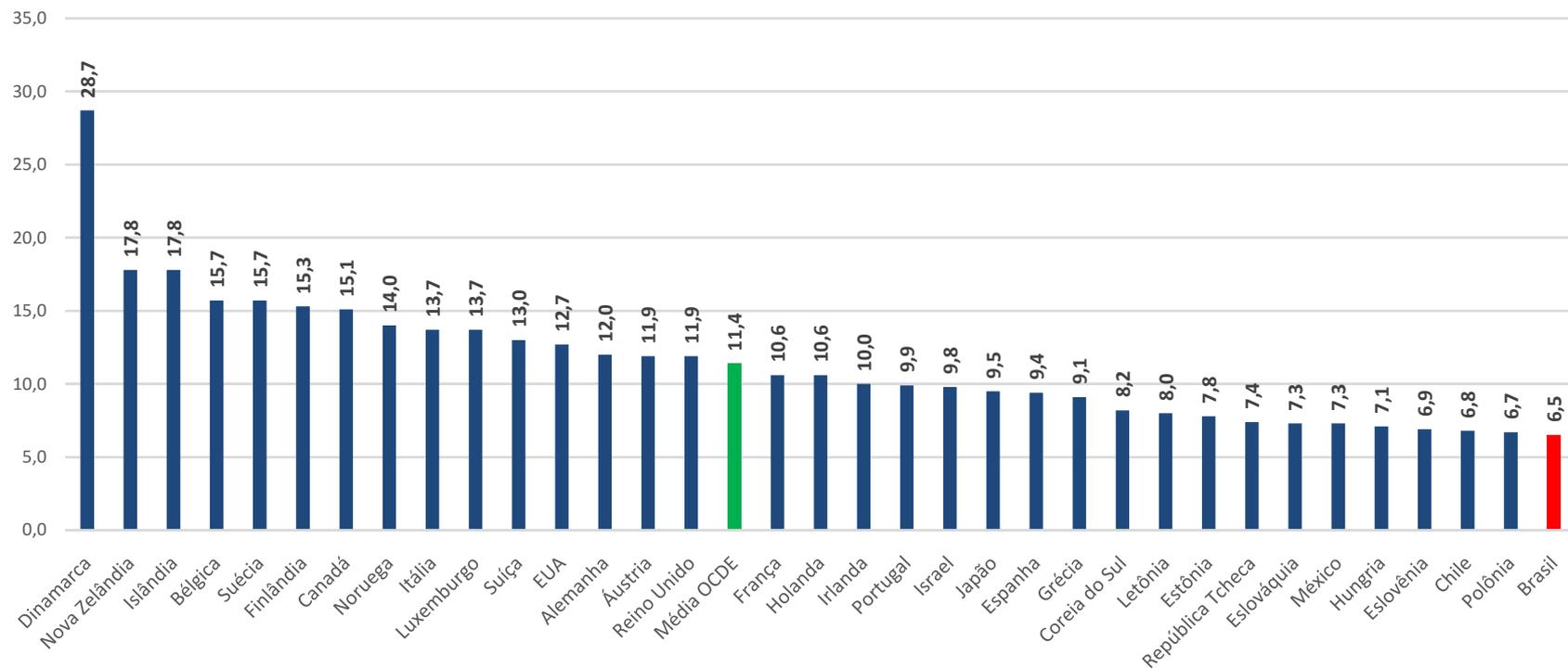


**Reforma
Tributária
Solidária**

MENOS DESIGUALDADE,
MAIS BRASIL

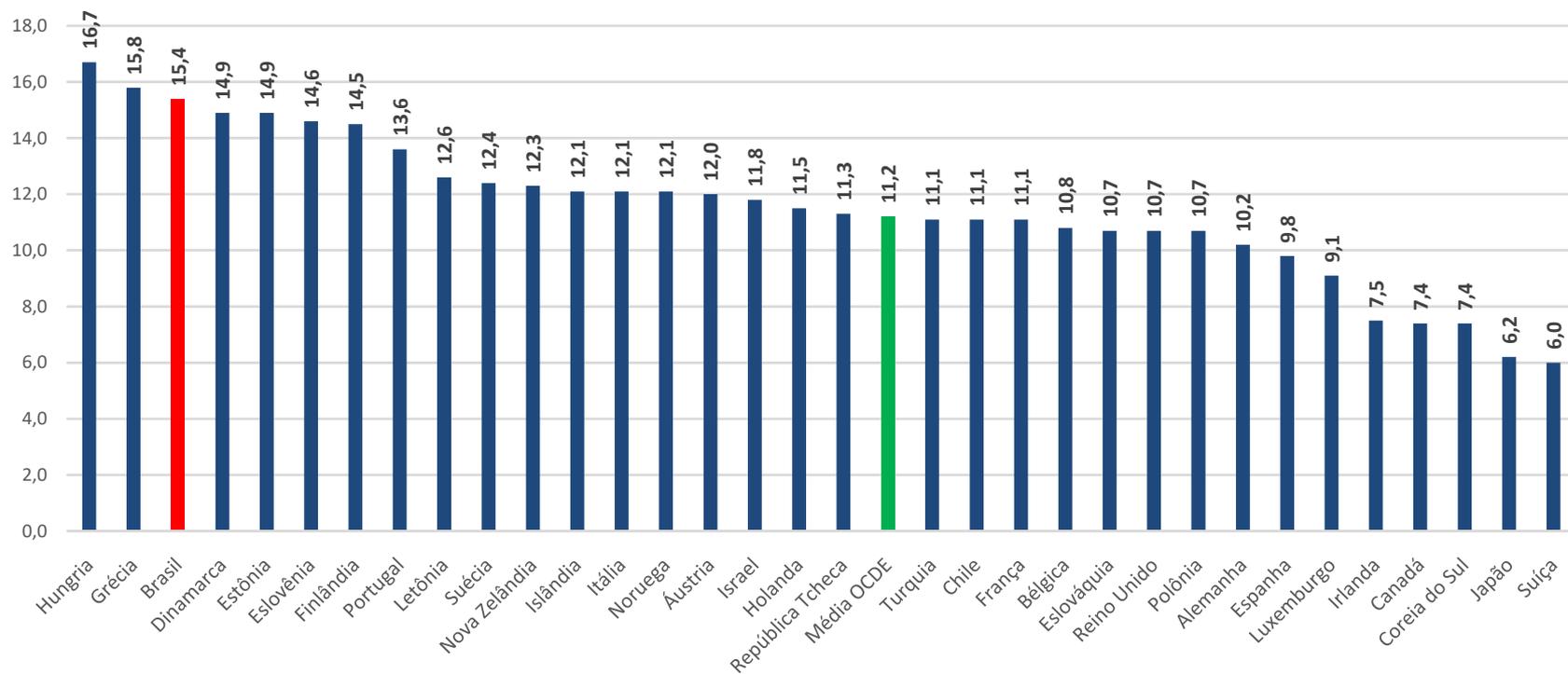
A reforma mais importante a ser pensada para o Brasil passa por equacionar as distorções do nosso sistema tributário regressivo e injusto

Percentual da carga tributária sobre a renda, lucro e ganhos de capital – **Brasil** e **OCDE**, 2016



Fonte: OCDE (OCDE Revenue Statistic 2018). Elaboração RFB

Percentual da carga tributária sobre consumo de bens e serviços - **Brasil** e **OCDE**, 2016



Fonte: OCDE (OCDE Revenue Statistic 2018). Elaboração RFB

Reforma Tributária Solidária – Premissas

➤ A reforma do sistema tributário nacional deve fortalecer o Estado de Bem-estar Social, em função do seu potencial como instrumento de redução das desigualdades sociais e promotor do desenvolvimento nacional

➤ Mudar base de incidência: menos impostos indiretos e mais impostos diretos. Taxar mais renda e patrimônio e menos impostos sobre o consumo. A reforma do sistema deve avançar no sentido de promover a sua progressividade pela ampliação da tributação direta, o que implica a revisão dos seguintes pontos:

Tributação da renda das pessoas físicas

Tributação da renda das pessoas jurídicas

Tributação internacional para combater a evasão e os paraísos fiscais

Tributação das transações financeiras

Tributação sobre a propriedade e a riqueza

➤ Simplificação do sistema que hoje é muito complexo;

➤ A reforma do sistema tributário nacional deve restabelecer as bases do equilíbrio federativo;

➤ A reforma do sistema tributário nacional deve considerar a tributação ambiental;

➤ A reforma do sistema tributário nacional deve aperfeiçoar a tributação sobre o comércio internacional;

➤ A reforma do sistema tributário nacional deve fomentar ações que resultem no aumento das receitas, pela revisão das renúncias fiscais e combate à evasão fiscal.

Obrigado!

